

## SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO MUSEU DO DOCE DA UFPEL: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

RENAN MARQUES AZEVEDO DA MATA<sup>1</sup>; NORIS MARA PACHECO MARTINS  
LEAL<sup>2</sup>

*Universidade Federal de Pelotas – renanazevedomarq@gmail.com<sup>1</sup>*

*Universidade Federal de Pelotas – norismara@gmail.com<sup>2</sup>*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se da análise do processo de implementação do sistema de documentação museológica no Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, visto que as instituições museológicas devem estar amparadas pelo instrumento de gestão e organização dos acervos dos museus, denominado Programa de Acervo. De acordo com a Lei nº 11.904/2009, Seção III – do Plano Museológico, o Art. 46., no que se refere a uma política de gestão, o acervo deve ser autenticado para legitimar sua relevância, e, desse modo haja uma efetiva comunicação entre as demais atividades das instituições e, também, com as comunidades.

Nossas ações estão dentro do escopo do projeto de ensino intitulado “Organização da Documentação Museológica do Museu do Doce da UFPel”, ligado ao Laboratório de Documentação Museológica do curso de Bacharelado em Museologia, do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da mesma universidade. O objetivo do projeto visa oportunizar o desenvolvimento de atividades práticas, aliadas às teóricas, no que concerne a formação do profissional museólogo em prol de um trabalho humanístico-técnico que abriga a possibilidade de interação entre discentes, docentes, técnicos, funcionários e sociedade civil, preparando-os para execução da gestão e comunicação do patrimônio cultural, especificamente na documentação museológica do acervo do museu universitário em questão.

Logo, é de suma importância que os acervos e seus respectivos bens culturais musealizados estejam adequadamente documentados para cumprir as funções de “gerador, comunicador e dinamizador de conhecimento junto ao patrimônio e à sociedade” (NOVAES, 2000, p.44), pois para haver uma efetividade no processo de musealização, este deve alcançar a sociedade e estabelecer uma reciprocidade entre as ações museológicas. Dito isso, para além da análise do processo de implementação, faremos conexões entre teoria e prática a fim de evidenciar a relação ensino-aprendizagem que constrói-se a partir das experiências do museu em confluência com as disciplinas de Documentação Museológica I e II do curso de bacharelado em Museologia.

### 2. METODOLOGIA

Partimos de uma pesquisa descritiva, aliada a uma revisão bibliográfica a respeito da documentação em museus e seu caráter de instrumento de gestão e comunicação dos objetos museológicos, objetos esses que “são cada vez mais acionados como documentos, e desta forma demandam das iniciativas de memória o desenvolvimento de um número maior de pesquisas e de sistemas que garantam o fluxo de informação entre elas e seus usuários” (MIRANDA, 2016, p.

118), e portanto, a comunicação entre as diferentes atividades do museu, mas sobretudo com a comunidade, se faz essencial. Logo, isso nos convida a refletir que a documentação em museus não é uma atividade meramente técnica, desse modo, exige uma articulação coletiva para que o patrimônio seja apropriado para os fins de comunicar, simbolizar, representar, mas também, para agir. (GONÇALVES, 2003, p. 27).

Adentrando nas especificidades da gestão infocomunicacional dos acervos culturais, no que concerne a documentação em museus, procedimentos como a identificação do objeto, catalogação e o inventário são algumas atividades básicas, além da documentação de práticas administrativas como os termos de pesquisa, laudos técnicos, fichas de campo, termos de empréstimos, doações, entre outros (PADILHA, 2014). Alguns desses procedimentos já foram realizados no Museu do Doce, há também os que estão em processo, como a pesquisa, um dos pilares que devem reger as práticas museais, além de preservar e comunicar.

Visto que a pandemia do Coronavírus (COVID-19) nos exigiu a necessidade de distanciamento social, as atividades práticas na reserva técnica do museu ficaram, e, a priori, ainda estão suspensas. Portanto, serão apresentados os trabalhos desenvolvidos até o presente momento, e quais foram as alternativas que o projeto foi submetido para manter uma continuidade das ações, dentro das possibilidades remotas. Desse modo, a interface da virtualidade foi um dos horizontes de nossa atuação, nos convidando a refletir, também, a necessidade de gestão da cultura no ambiente digital e os diálogos possíveis com diferentes sujeitos, grupos e saberes.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, os primeiros objetos a serem incorporados ao acervo do museu correspondem às coleções “Prof. Alcir Nei Bach” e “Confeitaria Nogueira”. A primeira diz respeito ao patrimônio industrial-rural de Pelotas, datado da década de 50 aos 70. Sua aquisição foi realizada a partir das pesquisas do professor Alcir Nei Bach, durante a realização de sua dissertação e tese no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, que doou os objetos para o museu, objetos como rótulos de compotas de frutas, entre outros utilizados na confecção dos doces. A respeito da segunda coleção, foram adquiridas a partir da doação de familiares, e os objetos correspondem a fotografias, objetos tridimensionais, documentos escritos, que nos permitem conhecer parte da história de uma das mais importantes confeitarias de Pelotas.

As bases metodológicas do inventário são orientadas a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, e para tornar viável a catalogação do acervo, foi apropriado a ficha já desenvolvida pela Rede de Museus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com o objetivo de padronizar esse procedimento, mas claro, adaptando o que era necessário na medida em que houve necessidades específicas, dada às variedades de tipologias de acervo.

A respeito da catalogação dos bens culturais musealizados da instituição, esse instrumento é extremamente relevante, pois objetiva coletar, registrar e investigar a memória desses objetos, e, desse modo, legitimar “as informações sobre a comercialização de doces e a socialização realizadas nestes espaços” (confeitarias) e assim estabelecer uma conexão entre as informações extrínsecas aos rótulos de compotas de frutas a partir do entendimento de que fazem parte do

processo de “patrimonialização dos doces coloniais” (MANOEL; FERREIRA; LOBATO; LEAL, 2019, P. 154).

Em suma, um terço do acervo do Museu do Doce já foi devidamente catalogado e inventariado, a grande parte corresponde às coleções citadas acima. As últimas atividades *in loco* foram as de digitalização do acervo fotográfico da coleção “Confeitaria Nogueira”, com o objetivo dar início a sua disponibilização através de repositórios digitais, como o Tainacan, repositório em que estamos trabalhando. Portanto, na medida que o acervo estiver completamente inventariado, catalogado, os mesmos serão digitalizados a fim que essas informações atinjam a máxima de sua democratização e fruição.

#### 4. CONCLUSÕES

Uma questão importante para ressaltar é a relevância do projeto na formação do museólogo no que diz respeito a inserção teórico-prática nas atividades de documentação em museus, atividade essa imprescindível para a manutenção e desenvolvimento da gestão e comunicação dos acervos culturais. Ou seja, há a possibilidade de aproximação do aluno, com supervisão dos professores, a práxis nos museus da universidade, parceria essa muito significativa na formação dos alunos.

O trabalho do projeto de ensino tem um caráter de colaboração com a equipe do museu, visto que “a informação é um elemento que impulsiona as organizações, por isso, é imprescindível saber gerenciá-la para o seu sucesso” e “no campo museal, a gestão da informação através das ferramentas apropriadas é a maior aliada na preservação de bens culturais” (MEDEIROS, 2018, P. 12-18). Logo, a iniciativa e o processo de implementação do sistema de documentação museológica no museu, significa darmos importantes passos adiante na gestão e comunicação do patrimônio cultural e universitário.

Portanto, a catalogação e o inventário do acervo ainda está em andamento, mas é evidente que estamos nos instrumentalizando cada vez mais, a fim de que a memória da tradição doceira de Pelotas e Antiga Pelotas, tombada como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), permaneça viva na memória social da região e do país. Com isso, esses documentos, suportes de memórias, possam permanecer preservados e em constante movimento de ressonância.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em: 30 julho, 2021.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, 2003b. p. 21-29.

MANOEL, M. M; FERREIRA, A. G; LOBATO, M. B; LEAL, N. M. P. M. Organização da Documentação Museológica do Museu do Doce. Anais Da Semana dos Museus da UFPel, 2019.

MEDEIROS, J. S. Implantação de campos e propostas de gerenciamento da coleção de etnologia do Museu Câmara Cascudo/UFRN no sistema Acervus/UFRN. Tese de mestrado no Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/26747/1/Implanta%c3%a7%c3%a3ocampospropostas\\_Medeiros\\_2018.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/26747/1/Implanta%c3%a7%c3%a3ocampospropostas_Medeiros_2018.pdf) Acesso em: 04 agosto, 2021.

MIRANDA, R. M. Acervo em rede: interligando o patrimônio museológico brasileiro. Seminário Serviços de Informação em Museus, 2016.

NOVAES, L. R. Da organização do Patrimônio Museológico: refletindo sobre documentação museológica. In: Museologia Social, SMC, Porto Alegre, 2000.

PADILHA, R. C. Documentação Museológica e Gestão de Acervos. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2352-col-estudos-mus-v2-documentacao-museologica-e-gestao-d-e-acervos> Acesso em: 04 agosto, 2021.